



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
COLÉGIO DE DIRIGENTES
Avenida Rio Branco, 50 – Santa Lúcia – 29056-255 – Vitória – ES
27 3357-7500 – ramal 2044 / 2013

Ata da reunião do Colégio de Dirigentes do Ifes 7 de abril de 2017

No dia sete de abril de dois mil e dezessete reuniu-se o Colégio de Dirigentes do Instituto Federal do Espírito Santo, às dez horas, na sala de reuniões do Cefor, sob presidência do Reitor Denio Rebello Arantes, com a presença dos seguintes membros: da Pró-reitoria de Administração, sr. Lezi José Ferreira; da Pró-reitoria de Ensino, sra. Araceli Verônica Flores Nardy Ribeiro; da Pró-reitoria de Extensão, sr. Renato Tannure Rotta de Almeida; do Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância, sra. Mariana Biancucchi; da Diretoria de Tecnologia da Informação, sr. Joubert Alexandrino de Souza; da Diretoria Executiva, sr. Mauro Silva Piazzarollo; do campus Alegre, sra. Maria Valdete Santos Tannure; do campus Aracruz, sr. Hermes Vazzoler Júnior; do campus Cachoeiro de Itapemirim, sr. Mauro Lúcio de Brito Lacerda; do campus Centro-Serrano, sra. Adriana Piontkovsky Barcelos; do campus Guarapari, sr. Ronaldo Neves Cruz; do campus Ibatiba, sr. Flávio Eymard da Rocha Pena; do campus Linhares, sr. Antônio de Freitas; do campus Montanha, sr. André dos Santos Sampaio; do campus Piúma, sra. Cláudia da Silva Ferreira; do campus Venda Nova do Imigrante, sr. Aloísio Carnielli; do campus Viana, sra. Edna dos Reis; do campus Vila Velha, sra. Denise Rocco de Sena; do campus Vitória, sr. Ricardo Paiva. Presidente abre a reunião, cumprimenta os presentes, a seguir faz leitura da minuta da pauta, com os seguintes itens: **1. Informes; 2. Medio-tec e E-tec.** Abre o **item 1**, informando que a reunião que se inicia já havia sido prevista na reunião anterior, uma vez que informações sobre a pactuação do E-tec e Medio-tec ficaram dependentes, revelando que há informes sobre a situação atual desses temas e também sobre as intenções institucionais sobre o E-tec, ressaltando que, infelizmente, não será ofertado o Medio-tec presencial, uma vez que o governo não forneceu informações suficientes sobre o custeio e oferta dessa modalidade, situação que fez com que o Ifes não aderisse ao programa. Informa que, antes de iniciar as discussões sobre os temas, vai passar a palavra para o professor Célio Maioli, que aceitou a incumbência de ser o presidente da comissão eleitoral central, destacando que, talvez a função não seja tão desgastante quanto as anteriores, em virtude da ausência de disputa para a composição das comissões locais, fato que pode significar uma eleição com uma tensão menor, e ressalta que a atuação do Conselho Superior, na determinação de um conjunto de regras do processo eleitoral, contribuiu para essa situação de tranquilidade institucional. O professor Célio cumprimenta os presentes, e a seguir informa que a comissão eleitoral central realizou a primeira reunião, cujo objetivo foi elaborar um regimento interno, e também discutir e estudar a resolução que regulamenta o processo eleitoral, ressaltando que foi dada especial atenção às questões de recurso. Relata que a comissão estará disponível e disposta para que esse processo seja o mais transparente possível, possibilitando completa manifestação da vontade da comunidade acadêmica pelas urnas. Destaca que, nesse primeiro momento, a comissão dedicou-se a realizar uma leitura aprofundada dos documentos que regulamentam o processo eleitoral, para que assim, seja possível interpretar e esclarecer as questões que não estão suficientemente claras ou que possam gerar dúvidas na comunidade acadêmica, e

também criar regras e procedimentos para viabilizar a execução do que já está previamente estabelecido. Ressalta que a comissão vai tornar todas as atas públicas, expondo o desejo que a comissão seja convidada o mínimo possível para prestar esclarecimentos, justificando que tal desejo se baseia no fato de que a transparência, objeto de todo o trabalho a ser realizado, será suficiente para justificar quaisquer ações que serão tomadas. Relata que os prazos para a execução das atividades oriundas ao processo eleitoral são muito curtos, por isso, destaca a criação de um cronograma de trabalho que visa minimizar os efeitos desses prazos apertados. Apresenta algumas das tarefas inerentes à comissão e a forma como ela serão realizadas, destacando que a comissão central é responsável apenas pela eleição de reitor e das regras gerais do processo eleitoral. Ao ser questionado pelo dirigente Ronaldo, o professor Célio responde que as comissões locais são as responsáveis pelas eleições de diretores-gerais, esclarecendo que as regras eleitorais normatizam todo o processo, ou seja, Reitor e Diretor-geral, no entanto, as definições e esclarecimentos para a eleição de diretor-geral é atribuição das comissões locais, uma vez que comissão central não é instância recursiva das comissões locais. Informa que no próximo dia 17, os presidentes das comissões locais serão convocados, pela comissão central, para uma reunião cujo intuito é esclarecer dúvidas, transmitir orientações e colaborar com o que for possível para auxiliar os trabalhos das comissões locais. Relata que o cronograma aprovado pelo Conselho Superior será mantido, destacando que, apesar da pequena margem de atuação da comissão central, a comissão não se omitirá de agir no que for possível. O diretor Mauro relata que os membros titulares das comissões locais definiram, em reunião com esse intuito, quais deles comporiam a comissão geral, e desta forma, acrescenta que os membros suplentes devem assumir a posição de membro titular nas comissões eleitorais locais, solicitando que os diretores se atentem a essa situação, retificando a portaria de designação das comissões locais. O dirigente Ricardo destaca que, se o representante titular da comissão local for eleito como suplente na comissão geral não há necessidade de readaptação. O diretor Mauro solicita que os diretores verifiquem se todas as comissões locais elegeram seus respectivos presidentes, destacando que, as informações serão centralizadas na figura do presidente, a fim de ganhar celeridade e eficiência. O Presidente alerta aos dirigentes que as comissões locais devem formalizar todas as suas ações, destacando que todas as reuniões devem ser formalizadas por meio de ata, uma vez que, após o fim do processo eleitoral, toda a documentação será encaminhada para Brasília. O professor Célio acrescenta que a comissão responsável pela eleição da comissão local deve entregar toda a documentação produzida à comissão local, divulgando seu e-mail para quaisquer dúvidas e ou esclarecimentos, cpmaioli@ifes.edu.br. O Presidente passa a palavra para o dirigente Ronaldo que manifesta sua insatisfação a respeito da situação do prédio da reitoria, destacando que esse desgosto não é pessoal e que pode ser compartilhado por outros dirigentes, e explicando que ao longo dos últimos anos, houve a expectativa da mudança do prédio da reitoria, mas que as obras em andamento no prédio atual indicam o contrário. Relata que, com a possibilidade da reitoria permanecer onde está, há um tempo redigiu um documento em que pleiteava um espaço destinado aos diretores-gerais que tivesse computadores e um servidor à disposição que ajudasse na resolução e tramitação das demandas dos dirigentes com outros setores da reitoria. Destaca que nesse ambiente poderiam guardar os processos dos campi, uma vez que, atualmente, ressalta a enorme dificuldade em tratar de qualquer questão na reitoria, pois há necessidade de se utilizar equipamentos, como computadores, emprestados, e que não raro, tem a impressão de incomodar os servidores da reitoria. Relata que, infelizmente, apesar de todas as alterações e adequações que estão sendo feitas no prédio da reitoria, não percebe ou não foi informado de qualquer movimentação na construção de um espaço para os diretores-gerais. Ressalta a inexistência de vagas para estacionamento, destacando que os veículos são deixados em um

estacionamento gratuito de maneira clandestina, acrescentando que, durante o dia não há problemas, mas que à noite, uma vez que a movimentação de pedestres no prédio da reitoria está limitada a uma entrada, acarretando um deslocamento considerável em uma região cuja insegurança é notória, justificando tal conclusão no fato de que os próprios vigilantes tem horário para fechar o portão. Informa que nesse caso, a solução não é difícil, ou seja, apenas solicitar que o dono do imóvel, instale um portão menor no portão da garagem para que o problema de segurança ao retirar o veículo do outro estacionamento seja minimizado. Relata que, tal qual o prédio da reitoria, o Cefor não é o melhor local para se realizar as reuniões, uma vez que não há vagas para estacionar, sugerindo que, sempre que possível, o prédio da Fábrica de Ideias seja utilizado para as reuniões do Colégio de Dirigentes. O Presidente demonstra dúvidas sobre o compartilhamento de outros dirigentes da situação exposta pelo diretor-geral Ronaldo, destacando que a reitoria não está no prédio atual por vontade institucional mas sim outras condicionantes, destacando o valor alto do aluguel que é pago mensalmente e que desde 2009 o Ifes busca outra sede para a reitoria. Relata que o Ifes conseguiu o terreno no centro, no entanto, a posse veio em um momento muito delicado do orçamento, visto que a construção custará em entre 15 a 20 milhões de reais. Explica que o Ifes, desde o primeiro governo do Coser, buscava, junto a prefeitura de Vitória, um acordo para utilizar a Fábrica de Ideias, ressaltando que a assinatura do acordo resultou em um alto custo, destacando que o acordo só foi possível em virtude da visão do prefeito atual e da crítica situação financeira do município. Informa que adequações que eram necessárias não foram terminadas, explicando que, se o acordo de cessão houvesse ocorrido seis meses antes, possivelmente a situação seria muito melhor. Relata que o planejamento de ocupação da Fábrica de Ideias está feito, mas que, em virtude dos condicionantes exigidos pela prefeitura, sem os quais não haveria acordo, a reitoria ainda continua no bairro Santa Lúcia, destacando que o maior responsável pela subutilização do imóvel é decorrente da ausência dos projetos do prédio, cuja responsabilidade é da prefeitura. Destaca que o termo de referência para a reforma está pronto, no entanto, não se pode licitar pois os projetos não foram aprovados, ressaltando que essa situação atrasa o processo de ocupação definitiva da Fábrica de Ideias. Divulga que há parceiros interessados em atuar no imóvel, auxiliando até na parte financeira, informando que a Vale montará na Fábrica de Ideias, um laboratório de realidade virtual, divulgando um possível projeto com a EDP para a área de energia. Destaca que a ocupação da Fábrica de Ideias, neste momento, depende da prefeitura, e depois da consecução dos recursos necessários, acrescentando que, há um esforço da instituição de retirar os servidores da reitoria que estão no campus Vitória. Relata que há setores da reitoria que estão no Cefor uma vez que não há espaço suficiente para eles no prédio atual, mas que, a partir do esforço do Ifes, o setor da saúde, atualmente, no campus Vitória está sendo alocado na reitoria assim como os servidores da TI. Divulga as movimentações e adequações que possibilitaram essas mudanças, destacando que, no momento, somente a Proad ainda não estará no prédio de Santa Lúcia, uma vez que precisa de obras maiores que serão iniciadas após a instalação do elevador. Informa a intenção de que todos os servidores da reitoria estejam em somente um local, mesmo que as condições não sejam as melhores, destacando que, a Setec, a partir do tamanho da instituição e da quantidade de campi, prevê o quantitativo de servidores para cada reitoria, ressaltando que, segundo o modelo da Setec, a reitoria do Ifes deveria ter 200 servidores, mas que, devido as condições de infraestrutura, possui 140. Manifesta seu incômodo pela inexistência de um local específico para os diretores-gerais, destacando que, na Fábrica de Ideias, haverá um espaço para este fim, desculpa-se por não poder proporcionar as condições adequadas de trabalho aos diretores-gerais, afirmando que, infelizmente, não há como resolver essa situação agora. Relata que o estacionamento da reitoria é insuficiente para atender a demanda de seus próprios servidores e que há um limite de vagas tal qual ocorre no campus Vitória, destacando que o fato de o

servidor, no caso o diretor-geral, não poder estacionar no prédio em que trabalhando é muito desagradável. Divulga que a reitoria está reduzindo o pessoal responsável pela segurança patrimonial, por isso, foi necessário concentrar a entrada e saída de servidores em uma única portaria, ressaltando que essa medida foi resultante da necessidade de economizar, acrescentando que, caso haja um formato mais confortável ao usuário, ele pode ser facilmente implementado. O dirigente Ricardo relata que a mudança dos setores da reitoria que estão no campus Vitória está muito lenta, solicitando que seja estipulada uma data para a finalização do processo. O Presidente responde que o processo de mudança será sendo realizado da forma e no tempo que a instituição tem condições de fazer, enfatizando que a morosidade não é intencional, uma vez que, há um grande esforço institucional nesse sentido, mas que, apesar de tudo isso, não pode estipular uma data para a finalização do processo. Ao ser questionado pelo dirigente Ronaldo, o Presidente informa que, na próxima etapa das adequações previstas no prédio atual da reitoria, as quais acomodarão a Proad, está previsto uma sala para os diretores-gerais. O dirigente Ronaldo solicita que a DGP informe aos diretores-gerais como está a situação de convocação dos servidores técnico-administrativos aprovados no concurso e a previsão de iniciar a nomeação dos docentes. O diretor Mauro esclarece que as reuniões são realizadas, prioritariamente, na Fábrica de Ideias, no entanto, por causa da realização de um fórum, a reunião do Colégio de Dirigentes foi transferida para o Cefor. O Presidente divulga que houve um contingenciamento de mais de 20 por cento nas despesas discricionárias. O pró-reitor de administração, Lezi José Ferreira, informa que esse percentual refere-se a uma média das instituições que está por volta de 30 por cento, e que no caso do Ifes, o percentual é maior, aproximadamente, 34 por cento, uma vez que houve gastos a mais no ano passado, visto que a instituição desconsiderou alguns contingenciamentos, destacando que, à exceção da assistência estudantil, quase toda as demais despesas foram contingenciadas, expondo-as a seguir. Revela que o orçamento geral teve corte de 20 por cento, destacando que os repasses executados pelo governo federal até o momento estão muito inferiores a 80 por cento, destacando que os recursos são insuficientes para arcar com os custos da instituição. O Presidente alerta para a situação complicada das instituições federais, exemplificando-a na tensão verificada no conselho de reitores, uma vez que, a cada instituição está lutando por migalhas orçamentárias, destacando que essa batalha não traz qualquer benefício às instituições. Relata que o governo justifica suas ações baseado na quantidade de resto a pagar da rede, caracterizando uma dificuldade de execução orçamentária, no entanto esclarece que essa era uma ação comum das instituições, que diante de alguma dificuldade, empenhava os recursos em outras despesas, destacando que o resto a pagar do Ifes é pequeno. Divulga a conduta deselegante da subsecretária de orçamento do Mec, sra. Iara Ferreira Pinheiro, durante uma reunião do Forplan, pela qual expôs que os dirigentes devem aprender a trabalhar de forma responsável. Revela que a equipe do Mec, em virtude de todas as mudanças políticas, ainda está em processo de organização, fato que contribui para a instabilidade atual que não é favorável a nenhuma instituição, exemplificando que, pela primeira vez, o secretário da Sesu não foi aquele indicado pela Andifes, e concluindo que, infelizmente, as previsões estão se concretizando de uma maneira pior do que o previsto. Relata que o orçamento de 2018 está sendo elaborado, assim, destaca a necessidade de se ter um orçamento maior em 2017, enfatizando que há situações de difícil entendimento, dentre elas, o fato do Ministro da Educação ter sob controle 8 bilhões de reais, 6 a mais que ano passado, que podem ser alocados onde ele quiser, ressaltando que esse valor é 4 vezes superior àquele destinado a Rede. Informa que a Rede não é vista como parceira do Ministério da Educação, explicando que essa condição é resultado do posicionamento ideológico realizado no ano passado, por meio do manifesto contra impeachment de Dilma Rousseff e posicionamento contra a reforma do ensino médio, e que o governo, em retaliação, disponibiliza os

recursos da rede federal na rede estadual. Relata que o governo pressiona os institutos federais a aderirem à reforma do ensino médio, destacando que a reforma é fato inegável, uma vez que a lei já foi aprovada, cabendo às instituições implementá-las, ressaltando que as instituições podem decidir quais medidas podem ser implementadas, privilegiando aquelas que são de interesse da instituição. Considera infantil o posicionamento do Conif no primeiro embate com o Mec, visto que o conselho acreditou ter mais força política do que efetivamente tem, e que por consequência, não se posicionou sobre a reforma do ensino médio de forma mais pragmática. Relata que se a rede não contribuir para a reforma haverá grandes dificuldades de implantá-la, assim, há a possibilidade das instituições fazerem algo diferente, de visualizar ou criar um caminho que beneficie a educação pública e os institutos diante da atual situação que é imposta pelo governo. Destaca que se posicionou duramente sobre o Médio-tec na reunião de reitores, tal ação tinha a intenção de revelar o posicionamento dos dirigentes, pois, não raro, faz-se um discurso contrário, para logo depois, em sigilo, fazer a pactuação com o governo, divulgando que não houve qualquer manifestação perante o seu posicionamento. Destaca que, diante do contexto atual, o Ifes tem duas decisões a serem tomadas; a primeira, adesão à pactuação; a segunda, verificar quais questões podem ser favoráveis à instituição. Revela que a reforma é, na maioria de seus aspectos, negativa, destacando a existência de um movimento, liderado pela secretária Maria Helena, que ideologicamente está ligada ao PSDB, o qual pretende asfixiar a rede federal, visando, no futuro, acabar com o integrado, explicando que a estratégia é apertar e diminuir o orçamento das instituições, oferecendo algumas migalhas por fora, tal qual o acontecido até 1998 e 2002. Destaca que o governo não irá questionar a existência da rede, visto que um embate direto não seria a melhor forma, assim, utilizará o subterfúgio de comprimir o orçamento e aumentar o rigor por parte de outros órgãos de controle no cumprimento dos indicadores da rede. Compartilha com os demais sua percepção negativa para com o futuro, no entanto, manifesta sua confiança de que se a instituição souber trabalhar, conseguirá sobreviver a esses contratemplos, destacando que ataques vindos da própria comunidade acadêmica somente prejudicará ainda mais o cenário atual, exemplificando que tal situação acontece no conselho de reitores. Relata que o Ifes deve criar estratégias que garantam sua própria sobrevivência, afirmando que uma delas é a adesão à reforma do ensino médio, no entanto, não será uma adesão total e irrestrita, mas sim, privilegiando os interesses da educação pública e do Ifes, destacando que ofertar o Medio-tec, neste momento, é o mesmo que ofertar cursos concomitantes, ou seja, tal ação não é uma reforma. Destaca a pactuação estadual para se ofertar o Medio-tec, a qual se aproxima das diretrizes da reforma do ensino médio, apresentando dois aspectos nesse contexto; o positivo, o Ifes pode ser tornar uma referência nacional nessa modalidade de ensino; e o negativo, é o auxílio institucional na implantação da reforma. Afirma que, no futuro, os cursos concomitantes e subsequentes serão transformados e que as escolas estaduais terão o Ifes como referência, destacando que, se uma instituição se torna referência em uma determinada área, pode perfeitamente, ampliar essa influência para outras. Revela o esforço institucional realizado, juntamente com a dirigente Vanessa e a coordenadora Mariana, para que o Ifes ofertasse o maior quantidade possível de vagas do Medio-tec à distância, destacando que todos os campi deveriam se tornarem polos, uma vez que não há qualquer custo adicional. Enfatiza que a instituição deve avançar na oferta de educação à distância, justificando que esse conceito e formato de educação será progressivamente alterado, até que as modalidades se tornem um formato único, ou seja, não será possível distinguir educação presencial da educação à distância. Relata que a primeira grande experiência institucional nesse sentido é a oferta do professor de libras à distância, destacando que há diversas áreas em que se pode avançar. Destaca o apoio do governo para a aproximação entre as instituições e o setor produtivo, no entanto, afirma que essa aproximação tem que ser realizada a partir

dos interesses e objetivos da instituição, ressaltando os 8 milhões de reais captados pelo Ifes em extensão, e apresentando, a seguir, outros projetos em que o Ifes realizou parceria com o setor produtivo. Relata que essa proatividade é controversa, exemplificando o Polo de Inovação Vitória, poderia ser considerada por alguns como ruim do ponto de vista ideológico, visto que a educação deve ser considerada como bem público, no entanto, ressalta que é necessário compreender as vantagens institucionais, exemplificando que o campus Serra só existe por causa do Proep, que era um programa do Bid, enfatizando que a instituição se comprometeu com as diretrizes do programa para captar os recursos, mas que somente cumpriu aquilo que era considerado interessante do ponto de vista institucional e da educação pública, acrescentando que o Reitor teve que responder a CGU por 8 anos, mas que, o campus está funcionando e atendendo os anseios da população serrana e capixaba. Afirma que a instituição deve ter uma percepção pragmática do contexto atual para que assim possa sobreviver, destacando que, apesar do Ifes ser uma instituição empreendedora, há um grande contratempo na arrecadação de recursos externos, ou seja, elas não podem ser incorporados ao orçamento institucional, garantindo um acréscimo orçamentário e, conseqüentemente, um prêmio, mas, infelizmente, esses recursos adquiridos são incorporados ao orçamento desde que o valor semelhante seja retirado do orçamento, enfatizando que esse é um aspecto desmotivador. O dirigente Hermes pondera que, diante do cenário exposto pelo Presidente, não há muito o que fazer, enfatizando que a reforma já foi aprovada. Relata que deve-se pensar em como fortalecer a rede, e nesse caso, uma maior participação na rede estadual pode ser uma boa estratégia, alertando para a proximidade de 2018, e que por isso, o governo precisa realizar algumas coisas para a população ao mesmo tempo em que o Ifes precisa do governo por causa da parte financeira, enfatizando que encontrar o ponto de equilíbrio nessa situação não é das tarefas mais fáceis. Corroborando com o posicionamento do Presidente, destaca que o governo não será protagonista da reforma, por isso, sugere que a instituição participe da reforma a partir de seus interesses e objetivos, e que essa decisão deve ser amplamente discutida com os servidores. Releva que haverá muita resistência, pois a maioria dos servidores atuais, não estava na instituição no período FHC, enfatizando que, o problema de sempre procurar o embate é se tornar um Dom Quixote que encontra, a cada esquina, um moinho. O dirigente Ronaldo concorda com o alinhamento estratégico descrito pelo Presidente e pelo dirigente Hermes, destacando que a sobrevivência institucional está condicionada a uma cooperação entre os campi, dando exemplos bem sucedidos dessas ações, acrescentando que o Ifes deve se unir com a Ufes e pressionar os políticos capixabas, expondo a eles todas as dificuldades ocasionadas pela fragilidade do orçamento disponibilizado pelo governo federal, e conclui, manifestando sua preocupação com a oferta generalizada de ensino a distância, que não há alternativa que não seja a adesão institucional a essa modalidade de ensino. O dirigente Carnielli relata que, em contrapartida as informações negativas já citadas, o campus Venda Nova do Imigrante, inesperadamente, tem sido procurado pelo setor privado da região para atuar em serviços de várias áreas, questionando se esses serviços serão executados por meio da fundação e qual a melhor forma de oferecê-los. Ressalta que precisa dessas informações o mais rápido possível, destacando que essas parcerias são uma maneira eficaz de garantir a sustentabilidade da instituição. O Presidente relata que essas demandas acontecem por que o Ifes tem pessoas capacitadas para prestar esse tipo de serviço, enfatizando que essas ações devem ter uma definição rápida, destacando que essas situações são primordiais para a instituição, ressaltando que é necessário sistematizar uma forma de atender essas demandas sem destruir o papel institucional, citando o caso de Santa Teresa, como um exemplo bem sucedido dessas parcerias. A dirigente Denise relata que se deve criar uma estratégia de economia para que haja um apoio e colaboração entre os diretores-gerais, exemplificando ações do campus Vila Velha, ou seja, redução do número de vigilantes,

eliminação de recepcionista, restrições de diárias e passagens, enfatizando que as ações dos campi não são homogêneas e nem igualitárias, fato que cria um péssimo ambiente, pois o servidor que é alertado sobre a necessidade de economia e aceita fazer um sacrifício em prol da instituição, verifica, a partir do portal da transparência, aquisições de outros campi que vão na direção contrária. Destaca a necessidade de uma liderança que promova o diálogo e ações convergentes entre os campi, reconhece que há campi mais fragilizados que outros, no entanto, afirma que uma ação mais enérgica com o intuito de proporcionar maior economia, principalmente nas áreas de serviço, energia elétrica e diárias e passagens, pode proporcionar um grande benefício institucional. O pró-reitor de extensão Renato Tannure, baseado no relato do dirigente Carnielli, divulga o trabalho que está sendo realizado para a reestruturação da Facto, relatando que os diretores e conselheiros não recebem qualquer remuneração, por isso, a dificuldade em encontrar pessoas dispostas a trabalhar de forma voluntária. Relata que muitas mudanças foram realizadas, e que atualmente, a fundação está iniciando o processo de elaboração de seu planejamento estratégico, o qual é necessário o envolvimento dos diretores-gerais. Destaca os serviços e projetos da Facto, ressaltando a importância da fundação, visto que sua função é apoiar o Ifes e quando o Ifes faz acordos com outras instituições, automaticamente, enfraquece sua fundação de apoio, divulgando projetos realizados por outras fundações que sequer houve um contato inicial com a Facto. O Presidente relata que a Facto tem no professor Luciano seu dirigente máximo, destacando seu currículo e ações, informando que ele foi responsável pelo desenvolvimento da área de inovação na Setec, sendo uma referência nacional no assunto. Destaca acordos com o IFB, o IFSP e o IFRO, acrescentado que, na reunião do Conif, o reitor do IFMS manifestou sua intenção de também utilizar a Facto, explicando que se pretende credenciar a Facto como fundação de apoio dessas instituições, possibilitando assim que, no futuro, elas possam criar suas próprias fundações. Solicita que o dirigente Flávio repasse ao dirigente Luis Braz a necessidade de se organizar uma reunião do Fórum de Diretores-gerais com a Facto, para que questões, como aquela apresentada pelo dirigente Carnielli, sejam resolvidas. O dirigente Ricardo manifesta sua preocupação com o Medio-tec, destacando que deve haver um maior trabalho de divulgação, uma vez que o site do Mec não traz informações suficientes sobre o programa. A pró-reitora Araceli destaca que a pouca divulgação é resultante do processo de negociação da pactuação, uma vez que ainda não finalizado. O dirigente Ricardo sugere a realização de reuniões com a câmara de ensino, ou quaisquer outras instâncias institucionais, para se criar uma estratégia de intervenção, viabilizar discussões que auxiliem na divulgação do Medio-tec e que, em paralelo, também contemplem a reforma do ensino médio. A pró-reitora Araceli informa que esse assunto será apresentado ao Cepe na reunião do dia 17/04/2017. A dirigente Vanessa esclarece que ainda faltam muitas definições por parte do governo, revelando que há um documento referência, em forma de minuta, sobre o Medio-tec, EaD, destacando a participação do Ifes junto com a Setec e o encaminhamento de uma carta ao Conif que solicita esclarecimentos sobre a pactuação. Revela que, pela perspectiva de trabalho institucional, a oferta do Medio-tec será muito semelhante ao do concomitante, diferindo em alguns condicionantes, enfatizando que há questões interessantes e também inseguranças, sendo estas, as razões pelas quais, estão sendo realizadas as negociações com a Setec e o Conif. O Presidente abre o **item 2** e passa a palavra para a coordenadora Mariana que se propõe a apresentar um panorama, uma visão pragmática do que está acontecendo, e relata que a dirigente Vanessa apresentou ao Colégio de Dirigentes, um pedido de adesão ao Medio-tec, revelando que a participação foi maior que do o esperado, totalizando 6 cursos; 4 novos e dois já ofertados pelo Ifes. Divulga que 3.150 vagas foram enviadas para a Setec, explicando que esse quantitativo refere-se à capacidade de oferta, detalhando que deste total, 1.150 estavam previstas no mapa de demanda, sendo que as outras são resultado do interesse institucional. Informa que esse material foi consolidado pela

Setec e enviado aos Ministérios, relatando que há a previsão de que, na próxima segunda-feira, essas vagas já esteja disponíveis no Sistec, destacando que, a partir desta disponibilização, o Ifes terá certeza sobre o quantitativo de vagas. Relata que o Mec tem fomento garantido para 60 mil vagas do Medio-tec no país, mas que as 30 instituições que apresentaram capacidade de 110 mil vagas. O Presidente explica que o Mec não tinha uma previsão baseada em dados concretos e não acreditavam que seriam prontamente respondidos. A coordenadora Mariana relata que ainda não houve a pactuação, e sim uma declaração de intenção por parte das instituições, destacando que a partir de segunda-feira, a partir da inclusão de dados no Sistec, será possível identificar o que foi efetivamente demandado, ressaltando que os ministérios tem autonomia para decidir sobre as vagas e cursos que lhe interessam. A pró-reitora Araceli revela que a única preocupação das subsecretarias estaduais para com o Medio-tec é sobre o transporte dos alunos aos polos, assim, elas iriam expor essa situação para os secretários, e uma decisão seria apresentada em uma reunião na semana que vem. A coordenadora Mariana informa que não teve tempo de suficiente para descrever qual curso de cada campus está na proposta de pactuação para que os diretores possam ter um panorama da situação, explicando que essas 3 mil vagas representam um valor de custeio de 17 milhões, ressaltando que uma parte considerável desse montante é bolsa, em torno de 70 por cento. Ao ser questionada pelo dirigente André, a coordenadora Mariana responde que, no seu entendimento, o financiamento do Medio-tec será pelo E-tec e não pelo Pronatec, destacando que somente a ação financeira é a mesma do Pronatec. Destaca que há legislações e regramentos que devem ser obedecidos, e que caso haja pactuação, deve se realizar um grande trabalho em equipe, ou seja, pagamento, procuradoria, campi ofertantes, uma vez que os cursos iniciam em agosto. Diante desse cenário, a pró-reitora Araceli, destaca que os cursos novos têm que tramitar internamente. Ao ser questionada sobre o valor da bolsa, a coordenadora Mariana responde que o valor da bolsa de coordenador de polo é de R\$ 1.100,00, e que se for na modalidade bolsa-formação, o valor corresponde a hora trabalhada, que é por volta de R\$ 36,00. O pró-reitor José Lezi relata que até o dia 28 de abril encaminhá aos diretores-gerais mais uma extração do Sistec, solicitando que os dirigentes confirmem as informações, dando especial atenção aos pesos, e, no caso erros, informem à Proad. Nada mais a tratar, o Presidente declara encerrada a reunião. Eu, Alessandro Gonçalves de Assis, lavrei a presente ata, que será submetida à aprovação de todos os presentes.